

contexto educacional conflitante, cujas principais características, nas suas próprias palavras, são: "a definição do estatuto público das instituições educacionais não como sinônimo de estatal, mas, de preferência, privado; a prevalência do mercado como definidor imediato da demanda e do conteúdo dos cursos, assim como de sua avaliação; o custeio do ensino pelos interessados imediatos, sejam entidades, empresas ou os próprios cursistas/alunos; a fragmentação dos currículos, de modo a baratear o atendimento da demanda, que se supõe igualmente fragmentada; o atendimento maciço, particularmente pelas instituições mantidas pelo Estado; e, finalmente, como consequência disso tudo, a recomposição da dualidade da estrutura do campo, que esteve borrada pelas políticas educacionais populistas e até mesmo dos governos militares" (p. 16).

A análise desenvolvida por Cunha, embora não elimine as determinações econômicas na definição das políticas educacionais, não lhes confere, também, o estatuto de ordenadoras de suas considerações. Seu olhar é orientado principalmente pelo exame da "lógica interna às políticas educacionais, explicada por suas implicações ideológicas e pelas disputas que se desenvolvem e se desenvolveram [no] campo propriamente educacional" (p. 16).

Afasta-se, com isso, das análises que estabelecem relações diretas entre o setor produtivo e as reformas educacionais, colocando ênfase nas mediações político-ideológicas que fazem com que as reformas, ainda que propostas com um certo sentido e intenção, nem sempre assumam as dimensões e características previstas ou desejadas por seus formuladores. A análise fica, com isso, enriquecida.

No entanto, é necessário atentar para as distorções que podem ocorrer nesse tipo de enfoque, nas quais, deve-se afirmar, Cunha não resvala. Tais distorções, a pretexto de privilegiar as análises especificamente educacionais, tendem a construir uma visão encapsulada da instituição escolar e a supor que aquelas que procuram estabelecer relações entre o sistema educacional e o produtivo são, por isso, economicistas.

Celso João Ferretti

Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Fundação Carlos Chagas
cferretti@fcc.org.br

João dos Reis Silva Júnior

Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba
jrjunior@exatas.puesp.br

REPROVAÇÃO ESCOLAR: RENÚNCIA À EDUCAÇÃO

Vitor Henrique Paro
São Paulo: Xamã, 2001, 167p.

Ao pesquisar a resistência à aprovação de estudantes no ensino público fundamental, Vitor Paro põe em evidência dois temas interligados cuja atualidade torna precioso esse trabalho: a administração escolar, tomada como conjunto de atividades mediadoras na busca de fins educativos, e a avaliação educativa.

Convicto de que a produção escolar, por sua especificidade – a constituição de sujeitos, de cidadãos –, não pode e não deve ser tratada nos mesmos moldes que a produção mercantil, produtora de objetos, o autor traz para a discussão sólidos e oportunos argumentos em favor dessa tese, no momento em que governos neoliberais tentam impor ao sistema de ensino regras de eficiência e controle praticadas no mercado capitalista.

A defesa de uma administração escolar de visão ampla estende-se também ao conceito de avaliação, apresentada como instrumento para a consecução dos objetivos pedagógicos e nunca como um óbice para que estes sejam atingidos.

A não-reprovação, embora seja uma reivindicação histórica de eminentes educadores, enfrenta séria resistência dos profissionais da educa-

ção, por sua implantação mal concretizada na rede municipal em São Paulo (graças à mudança de orientação política) e mal realizada na rede estadual (mais voltada para objetivos "eficientistas" de produtividade do que para objetivos pedagógicos). Esclarecer os motivos dessa resistência e compreender como a estrutura institucional a reforça é o objetivo da pesquisa que ensinou o trabalho.

A obra é dividida em quatro capítulos: no primeiro, o autor descreve a escola pesquisada e seu funcionamento, chamando a atenção para a preocupação da direção com a qualidade de ensino, com a democracia e com o respeito aos alunos. Tais características são importantes para revelar que a distância entre o desejável e o constatado não ocorre por negligência ou qualquer fator negativo que afete particularmente a instituição pesquisada, mas por força de condicionantes sociais, políticos, econômicos e culturais presentes em toda a rede de ensino.

Coerente com a visão ampla de educação, para além da tendência "eficientista" que a caracteriza como mera realização de um produto cujo portador se torna apto para o mercado de trabalho ou para novos patamares escolares, Vitor Paro descreve, no segundo capítulo, a avaliação como processo permanente e necessário à realização da vida humana em sociedade. Ao fazê-lo, distancia-se da visão ingênua do senso comum, que tende a considerá-la como fato periódico e pontual. Dessa forma, o autor abre caminho para perceber o processo de avaliação – e a correção de rumos dele decorrente – como algo dinâmico que requer uma interação dialética permanente entre os sujeitos nele envolvidos. Aliás, é na análise da avaliação específica da prática educativa, na afirmação do aluno como sujeito que o texto extrapola a perspectiva de mera descrição das características de um processo avaliativo e se torna uma reflexão amorosa sobre a formação do ser humano educando.

Apoiando-se em experiências de pioneiros como Dante Moreira Leite e Lauro de Oliveira Lima, o autor revela as tentativas anteriores de implantação da política de não-reprovação como

prática didática, cotejando-as com o princípio da seriação, que a essa altura ganha aos olhos do leitor a condição de absurdo incompreensível.

Os argumentos, sempre rigorosos, não conseguem esconder a paixão ao articular o processo avaliativo com a construção da autonomia e do amor-próprio das crianças em formação, especialmente ao considerar o significado desse processo para aquelas das camadas menos favorecidas e para a perpetuação da iniquidade social.

Fica claro que não se trata apenas de mudar a avaliação, mas de mudar a própria concepção de "educação bancária", nos termos de Paulo Freire, vigente nas escolas brasileiras. Vitor Paro defende com vigor a mudança dessa "escola que não está estruturada para ensinar e promover personalidades, mas para selecionar aqueles que, apesar dela, têm condições de galgar os vários degraus do ensino até chegar à universidade".

A mudança nos conceitos de avaliação torna-se, dessa forma, importante instrumento para a superação do sistema autoritário e credencialista assumido por nossa escola. Tal concepção é apoiada na revitalização das críticas feitas por pensadores como Dante Moreira Leite, Anna Maria Saul, Sandra Zákia de Souza, Lauro de Oliveira Lima, Carlos Cipriano Luckesi e outros, na discussão sobre ciclos, progressão continuada e promoção automática.

A promoção automática como instrumento de manipulação estatística por governantes impopulares, para melhorar resultados e atingir metas de aprovação escolar, transforma um recurso pedagógico de alto valor intrínseco em máscara para uma escola que não cumpre suas funções. O pior dessa prática nefasta é colocar um recurso válido sob suspeição do professorado, dos pais e até dos próprios alunos. Mesmo os depoimentos favoráveis à organização em ciclos sempre se fazem acompanhar de uma adversativa que de algum modo os contradiz, trazendo perplexidade e sentimentos contraditórios dos envolvidos no problema.

Quais são os mecanismos implícitos e explícitos que impedem a plena adesão do professorado a essa idéia? É no terceiro capítulo que

Vitor Paro, articulando o trabalho de pesquisa com o estudo da ideologia dominante, faz a anatomia do processo reprovador, buscando compreender as razões pelas quais a reprovação manifesta-se enraizada em nosso sistema de ensino, mesmo nas escolas em que corpo docente e direção se mostram *a priori* favoráveis aos ciclos.

No minucioso trabalho de entrevista com cada professor envolvido, no acompanhamento dos conselhos de classe, o autor vai desvelando as contradições vividas pelos educadores e como a teia de justificativas e preconceitos sobrepuja as razões lógicas e pedagógicas que esses mesmos professores haviam dito compreender e defender quando se apresentaram como favoráveis aos ciclos. Ainda que tais educadores sejam sérios e dedicados, são prisioneiros de formulações há muito marcadas em suas mentes, o que lhes traz conflitos emocionais.

A sensibilidade com que alguns desses conflitos são narrados mexe com os sentimentos do leitor, dando um tom comovente à leitura. As histórias se sucedem, revelando frustrações de alunos, pais, professores, diretores e até do leitor, que já não tem como se isentar. Por que há resistência à aprovação? Quais são as razões que levam pessoas e grupos a reagirem negativamente a essa intenção?

Ainda que ciente das limitações da pesquisa, Vitor procura, com base nos dados coletados, estabelecer quais os fatores que influenciam a resistência à aprovação, estabelecendo quatro ordens de determinantes: os socioculturais, que dizem respeito aos valores, crenças e costumes que impregnam as ações, hábitos e concepções das pessoas envolvidas no processo de ensino; os psicobiográficos, que se referem à configuração da personalidade dos agentes envolvidos e principalmente às marcas deixadas nessa personalidade pelas experiências pessoais anteriores, relacionadas à avaliação; os institucionais, relativos às condições materiais de funcionamento da própria instituição escolar, originárias tanto da realidade imediata quanto do sistema que mantém a unidade de ensino; e os didático-pedagógicos, relaciona-

dos principalmente às dificuldades na realização do aprendizado, advindas de procedimentos e concepções de ensino adotados na tarefa de levar os educandos a se dedicarem ao estudo. A análise de cada um desses determinantes vai expondo a cultura e a realidade atual da escola; calcada nas falas dos professores, pais e dirigentes, a análise revela como os mecanismos de socialização, marcados por relações de exploração e desigualdade econômica, reproduzem necessariamente a dominação que permeia tais relações: "nessa sociedade, em que as pessoas valem não pelo que são, mas pelo (poder econômico) que têm, a dominação não se restringe às relações de produção, mas se difunde para todos os âmbitos sociais, num padrão que se multiplica em todas as relações da sociedade" (p.75).

À análise dos determinantes sociais segue-se a dos psicobiográficos, cujo foco é a influência da ideologia sobre a biografia. O recurso didático da reprovação, presente no passado dos educadores e pais, aparece legitimado pelo uso e pelas condutas socialmente adquiridas por esses quando estudantes. Dessa forma, sua repetição não é questionada, mas validada pela associação entre educação e punição. Ao rememorar as angústias escolares, como a disciplina rigorosa em excesso, o terror das provas, os entrevistados desnudam a fragilidade das crianças que foram no passado e, paradoxalmente, legitimam com suas práticas atuais os mesmos mecanismos de desconsideração à subjetividade alheia a que foram submetidos.

Os determinantes socioculturais e psicobiográficos atuam em um cenário que pode favorecer a conservação ou a mudança: trata-se das condições materiais e estruturais da escola e da influência que exercem sobre a prática educacional. Vitor Paro sintetiza esses determinantes institucionais em três fatores: a pressão das condições materiais escolares adversas à realização de um bom ensino; a prevalência da reprovação como estruturante do ensino e a ausência de medidas no sistema de ensino que facilitem a aceitação da aprovação. O primeiro desses fatores evidencia-

se quando o Estado não o reconhece, costumando responsabilizar os professores pelos insucessos escolares: "...tão mistificadora quanto a atitude de professores de jogar a culpa do fracasso escolar sobre os alunos e suas famílias é a postura que se verifica, hoje, quer na academia, quer no seio do Estado, de apontar a má qualificação do professor como a causadora de todos os males do ensino..." (p. 98-99). Sem negar a necessidade da contínua formação dos professores, mas sem aceitar o jogo de empurra das autoridades, o texto expõe a precariedade das condições de ensino de nossas instituições, tais como o número excessivo de alunos por classe e outras conhecidas mazelas, agravadas por administrações descomprometidas com o ensino público ou preocupadas apenas em apresentar boas estatísticas. A exposição, reforçada pelos depoimentos, demonstra com clareza que a extinção das reprovações não se viabiliza por decreto, mas se insere em um conjunto de reformas necessárias.

Sobre as implicações didático-pedagógicas, os apegos conservadores à reprovação são dissecados e expostos sob os subtítulos "A reprovação como motivação", "Alunos passam sem saber", "Se a vida lá fora reprova...", "A culpa do aluno", mostrando como são enfatizadas estratégias punitivas e de culpabilização dos alunos. A negação da espontaneidade da criança, a negação dos educandos como sujeitos revela-se na preocupação excessiva com o "Silêncio e disciplina", "O ciclo para pobre", "O apego à seriação", "Recuperação", "Auto-avaliação, Autodisciplina, Autoconceito", "O que torna o ensino ruim". Sob cada um desses subtítulos, os determinantes institucionais do apego à reprovação vão sendo visitados e ilustrados com as entrevistas que expõem a sedimentação de conceitos e preconceitos presentes na nossa escola.

Finalmente, no quarto e último capítulo, a administração escolar é reafirmada como conjunto de atividades mediadoras na busca de fins educativos, assim como é reafirmada a especificidade da escola por sua ação educativa de constituição de

sujeitos, de cidadãos. Como em outros escritos do mesmo autor, Vítor Paro volta a distinguir os objetivos educativos dos interesses de mercado.

A resistência aos ciclos é com certeza um dos mais graves problemas que teremos de superar para a melhoria da escola pública. Esse estudo, por seu valor científico, mas também, e em grande medida, pela maneira sensível e comovente de conduzir a problemática, é uma grande contribuição para todos que estão empenhados nas mudanças necessárias na educação brasileira e na valorização do ensino público.

Como instrumento de reflexão, principalmente nos cursos de pedagogia, o livro se prestará ao entendimento e à superação da reprovação como prática didática.

José Antonio Có Onça

Faculdade de Educação da USP

Sociologia da Educação - Faculdade Mozarteum

de São Paulo

joseonca@uol.com.br

O CUIDADO E A FORMAÇÃO MORAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Thereza Montenegro

São Paulo: Educ, 2001, 182p.

Thereza Montenegro inicia sua obra convidando a refletir sobre dois elementos centrais da educação infantil e da formação das educadoras por ela responsáveis: os atos de cuidar e educar. Antecipadamente, assume o emprego do feminino para referir-se às educadoras infantis, por tratar-se de uma profissão exercida, em sua maioria, por mulheres. Não se pode passar despercebido por esta colocação: criticando as premissas teóricas que concebem o cuidado como função exclusiva das mulheres e/ou como peculiaridade da vida afetiva, a autora situa-se numa ótica contrária à naturalização do cuidado como particularidade de gênero, ou seja, como atributo natural ou inato às mulheres. Assume sua aproximação teórica com Marília Carvalho, que explica o cuidado como prática histórica cons-